

COMUNIDADE OLHOS D'ÁGUA e as articulações camponesas no uso de políticas públicas: O papel do conselho comunitário rural de desenvolvimento sustentável

Rosselvelt Jose Santos¹

Angélica Borges Dos Santos²

RESUMO

O camponês analisando é aquele agricultor que, na relação com os agentes institucionalizados, consegue identificar, distinguir e agir considerando várias possibilidades de continuar vivendo naquele lugar do Cerrado Mineiro. São sujeitos politicamente constituídos. Nas reuniões dos conselhos se comportam como capazes de apresentar suas pautas, privilegiando o interesse comum e negociado com seus pares as individualidades. Nesse artigo discutimos como os vínculos territoriais são fortalecidos a partir de práticas socioculturais envolvendo o mutualismo e a reciprocidade. O camponês da comunidade Olhos d'água vive interações com o mercado e estado correspondendo na relação com a sociedade de consumo algumas particularidades. Elas estão assentadas no modo de vida e em sistema de valores comunitários e de representações específicas daquele grupo social. No decorrer do texto privilegamos o contexto das relações camponesas com o poder público, suas particularidades de um campesinato que se apresenta envolvido politicamente com a comunidade e densamente vinculado ao mercado.

Palavras-chave: Campesinato; relações sociopolíticas; comunidade rural.

1. INTRODUÇÃO

Os camponeses são englobados na utilização do termo agricultura familiar que se firmou enquanto uma categoria política na primeira metade da década de 1990, sendo a partir desse período utilizada por estudiosos e por formuladores de políticas públicas.

Essa definição de uma categoria permitiu o acesso ao sistema de crédito, a financiamentos da produção agrícola e a compra de equipamentos, o que até então era direcionado apenas a produção ligada ao agronegócio.

Os camponeses, ligados à agricultura familiar não são um grupo social recente, nem estes correspondem a uma nova categoria de análise do espaço rural. “A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade” (FERNANDES, 2000 p. 5).

Entretanto, estabelecer uma categoria social, que representa uma forma de produção própria de um grupo que detêm a terra, o trabalho e é capaz de produzir os meios de vida

¹ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail de contato: rosselvelt@ufu.br

² Professora no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail de contato: angelica.santos@ifnmg.edu.br

atrelados ao núcleo familiar, configura um novo significado a pequena produção agrícola no Brasil.

No contemporâneo, a produção rural, exige do pequeno agricultor familiar dinâmicas de trabalho que considerem as condições naturais, os saberes camponeses e as possibilidades de uso de tecnologias. Assim, sobre o camponês o debate que se apresenta abarca uma proposta de leitura, valorizando

“(…) também a relação que se estabelece entre o velho e o novo, pois, as propriedades camponesas combinam, em distintas proporções, elementos de alta tecnologia com aqueles legados do passado. Saberes culturais, ancestrais, inerentes ao modo de vida são mantidos por serem ainda eficientes, em muitos casos.” (KINN, 2010. p. 73).

Na comunidade Olhos d’água

“Os camponeses, de modo aberto nas suas propriedades, trabalham e produzem sob condições restringidas e limitantes estabelecidas e mantidas, contraditoriamente, pelas suas relações individualizadas. Eles mesmos já não são estruturados tecnicamente como tradicionais, mas criam e também recriam relações sociais alternativas. Assim, os camponeses das veredas do cerrado nem sempre são apenas os agricultores insensíveis à modernização da produção e as relações com o mercado e o estado, mas criadores de saídas, porém impedidos, por várias circunstâncias, internas e externas à cultura, de fluírem livremente para cada família ou comunidade.” (SANTOS, R.J, 2017, p.114)

Consideramos ainda que o conceito de campesinidade preparado por Woortmann (1990) apanha neste estudo adjacências para a apreciação das suas formas de permanências, pois abarca tirocínios sociais e expressões socioculturais manifestados a partir de valores humanos atinentes à ordem moral do grupo de agricultores da comunidade Olhos d’água.

Os ciclos produtivos daquele agricultor são compostos por múltiplas facetas que envolvem não apenas o tempo e os ritmos da sociedade em que estão inseridos, como também os tempos da natureza.

Assim, os camponeses podem ser entendidos pelo seu nível de inserção no mercado, pela produção voltada para uma parcela específica de consumo e também pela lógica produtiva inter-relacionada com o modo de vida, que coloca a estrutura familiar em contato direto com o mercado e as estruturas do estado.

Nesse artigo discutimos como os vínculos territoriais são fortalecidos a partir de práticas socioculturais envolvendo o mutualismo, a reciprocidade, enfim, a ajuda mútua. Segundo Heidrich (2004, p. 31) “os vínculos territoriais são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida”.

Os artigos agropecuários elaborados pelos camponeses envolvem saberes e fazeres adquiridos ao longo do tempo em um espaço amplamente modificado pela sociedade. Esses agricultores têm como principal aspecto de sua identidade as suas logicas e temporalidades sociais que lastreiam os seus modos de produção e vida intimamente ligados ao lugar em que desenvolvem a vida em suas várias dimensões.

Essa característica denota que para eles a geração de renda e trabalho vai além do aspecto econômico, enquanto que para os produtores do agronegócio esse último aspecto é tido como principal. Logo, abordamos neste trabalho, os camponeses como um agricultor que apreendeu

“(…) como combinar muitas ocupações como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas. A verdadeira característica e definição dos camponeses tem como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, é sempre uma combinação.” (SHANIN, 2008, p. 41)

Deste modo a análise do camponês se ocupa de um lugar rural, perpassando o entendimento do espaço “como algo dinâmico e mutável, e condição da/para a ação dos seres humanos, como espaço vivido e, por isso mesmo, ‘representável’, algo passível de ‘apropriação’” (SERPA, 2006 p. 15), e que sofre influência/imposição do seu tempo.

Assim sendo, o camponês da comunidade Olhos d’água vive interações com o mercado e estado correspondendo na relação com a sociedade de consumo algumas particularidades. Elas estão assentadas no modo de vida e em sistema de valores comunitários e de representações específicas daquele grupo social.

Contudo, para que os camponeses permaneçam no contexto agrícola da modernidade é necessário, além das suas habilidades em acionar seus saberes, que sejam consideradas as suas estratégias de geração de renda e trabalho, bem como as suas formas de inserção/manutenção nas suas diversas relações com o mercado e com o estado.

2. O conselho Comunitário de desenvolvimento rural sustentável Olhos d' Água

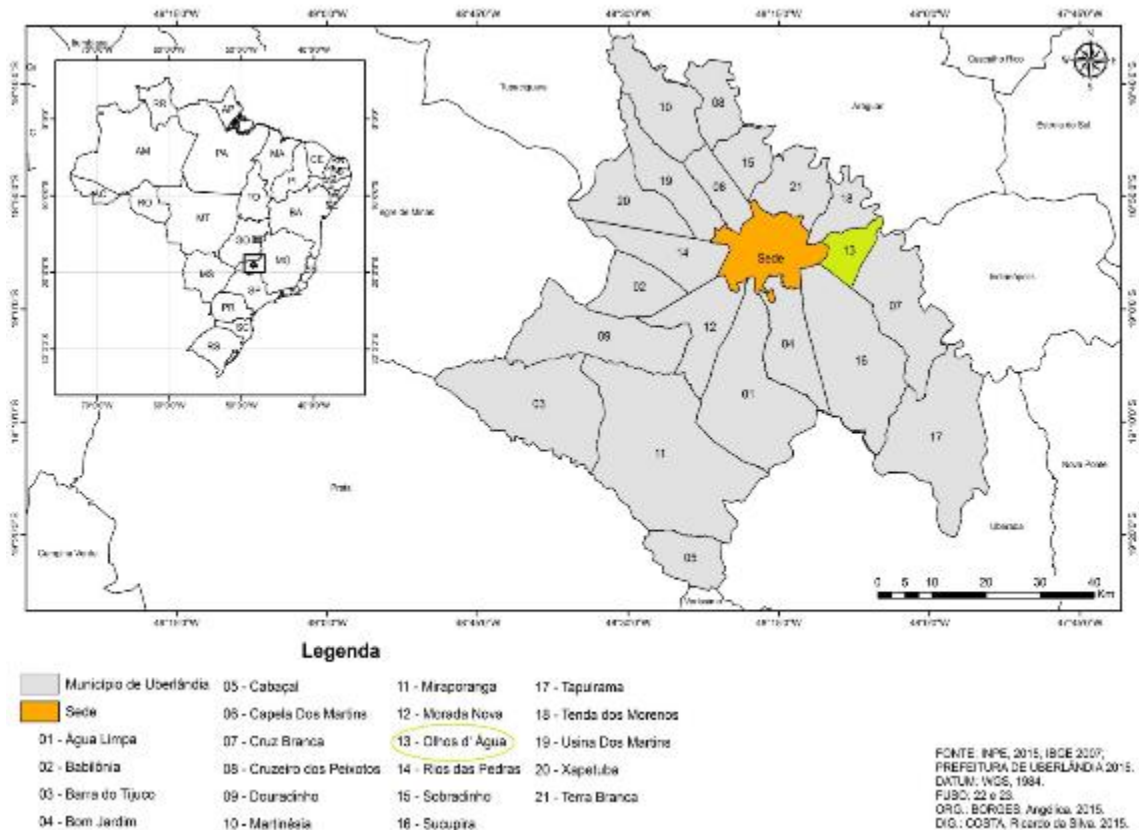
Os Conselhos municipais correspondem a um jeito ajeitado/imposto pelo estado de organizar e aplicar às políticas públicas de forma aparentemente descentralizadas/democráticas. Em sua maioria, são originários da linha de infraestrutura e serviços do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

O objetivo do conselho é garantir a participação efetiva dos membros das comunidades locais. Elas são importantes na definição de prioridades comunitárias, constituindo-se como um espaço de envolvimento socioterritorial das comunidades camponesas.

A comunidade rural Olhos d' Água, município de Uberlândia (MG), é constituída por camponeses que estabelecem relações de mutualismo nas muitas dimensões da vida cotidiana. No lugar as práticas socioculturais envolvendo a ajuda mútua alcançam expressivas acuidades nas relações sociopolíticas necessárias para participarem do conselho comunitário de desenvolvimento rural sustentável.

Na pesquisa analisamos o conselho comunitário de desenvolvimento rural sustentável como uma organização sociopolítica que vem sendo usada pelos camponeses no processo de construção da manifestação das suas demandas, estabelecendo no grupo um conjunto de reclamações visando a aplicação de políticas públicas voltadas para as suas atividades agrícolas, serviços, nomeadamente de infraestrutura e defesa do território. Neste espaço a comunidade Olhos D' Água reúne os seus membros, discute, avalia e reivindica seus direitos juntos aos seus representantes e poder público local.

Esses conselhos estão presentes em diversos municípios brasileiros, sendo uma organização derivada do zoneamento do espaço rural. Servem como instrumento de gestão municipal. De acordo com a legislação uberlandense, tal zoneamento tem por “finalidade principal a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural do Município” (Lei Municipal nº 8148/02).



Mapa de localização do município de Uberlândia/MG com delimitação dos conselhos comunitários rurais e destaque para área de estudo, o Conselho Comunitário Olhos d'Água.

A comunidade rural estabelecida no Conselho Comunitário Olhos d'Água, situa-se na porção nordeste de Uberlândia-MG (mapa de localização), bem próximo da área urbana, sendo constituída, sobretudo por camponeses. Sua extensão vai desde a BR 365, Km 607, próximo ao anel viário leste seguindo até o limite do município no Rio Araguari, e do outro lado faz divisa com o conselho comunitário Cruz Branca e tem na BR 452 a outra extremidade.

O território abrangido pelo Conselho Comunitário Olhos d'Água tem como característica marcante a existência de inúmeras nascentes, áreas úmidas e córregos com importantes volumes de água. O uso d'água incorpora diversas técnicas de irrigação. Além disso, é uma área de reocupação antiga. Em trabalhos de campo ouvimos a partir de relatos dos antigos moradores que as fazendas pioneiras se instalaram nessa região, “espantaram índios”, mantendo até a atualidade elementos sociais e culturais na paisagem que remetem a esses tempos de domínio dos latifúndios e de um catolicismo rústico demarcado por antigos

cruzeiros e capelas. Nesta relação, do velho com o novo, o território em estudo abrange agricultores que reúnem atributos modernos e tradicionais.

O conselho comunitário, analisado como uma importante organização política dos pequenos agricultores indica articulações com um sistema de poder que no lugar apresenta-se com respeitáveis características de organização social, baseada na comunidade. Nesta perspectiva, seu estudo se justifica como uma possibilidade de analisarmos as formas de permanências dos camponeses em um território rico em água, com solos profundos e naturalmente férteis, mas que não os livra dos custos e das incertezas impostas no contexto da “modernização” agrícola.

Nesse trabalho visamos efetivamente dialogar e compreender como os sujeitos sociais, no caso em estudo, os camponeses, se articulam e fazem uso das políticas públicas a fim de atender suas necessidades socioprodutivas.

Metodologicamente, procedemos desenvolvendo vários trabalhos de campo. A análise da realidade priorizou o debate teórico/empírico. Fluímos as nossas análises entre a comparação teórica e empírica, pressupondo a discussão e fundamentação da categoria camponês, além de dar beirada à aceitáveis contrariedades e questionamentos acerca da interpretação das práticas sociais do grupo estudado. Nesta perspectiva, a contenda teórica nem sempre aconselhou uma amarração clara com o vivido, suas demandas e tensões sociais.

Igualmente na análise teórica do camponês, consideramos a sua conceituação a partir de algumas fissuras e incompletudes, por isso, a teoria não se fez autossuficiente. Embora, existam situações em que o sujeito de pesquisa gera práticas que desafia o conhecimento em que a pesquisa teórica já tinha se afirmado, não dispensamos a problematização dos fatos observados a partir dos trabalhos de campo.

No diálogo com o camponês, observando as suas estratégias, arranjos e saberes, a teoria, nem sempre foi comprovada de lado a lado com as nossas pesquisas empíricas. Nesses desencontros procuramos estabelecer no processo de estudo daqueles camponeses, sustentação prática, a partir do exame das suas ações, principalmente aquelas brotadas na relação com o conselho comunitário e que exibissem a eficácia daquilo que já se teorizou sobre o camponês.

Além disso, tornou-se recorrente no estudo, o recurso às comparações com a teoria, estabelecendo os lugares em que ela era mais bem reafirmada. Neste encaminhamento pressupomos a comprovação prática a partir de diversos procedimentos sejam de observação

ou de comparação em acurado contexto com o objetivo de explicitar os dados obtidos em campo.

Em relação às práticas camponesas, submergindo as suas dimensões políticas, as formas de organização dentro e fora do conselho foram examinadas como um importante elemento de comprovação no plano da experiência daquilo que é fundamentado conceitualmente como campesinidade, especialmente quando se trata de resistir aos imperativos do mercado e as imposições do Estado. Em outros casos, como no uso de tecnologias, a empiria foi acionada para fundamentar a contestação daquilo que a teoria já havia sistematizado sobre o camponês. Destarte, a acuidade da observação empírica, é manifestada, principalmente na comprovação e validação da própria teoria.

No acompanhamento das reuniões dos conselhos comunitários rurais, optamos pelo registro descritivo da participação dos camponeses. As suas falas foram analisadas e comparadas. Além do estudo do campesinato realizamos revisão e compilação dos conceitos de Comunidade, Lugar e, principalmente dos vínculos territoriais abrangendo os Sujeitos desse processo. Desse modo, visamos efetivamente analisar e compreender como os camponeses se articulam e fazem uso das políticas públicas a fim de atender suas precisões locais.

Como resultado do encaminhamento metodológico, o texto privilegia, no lugar Olhos d'água, o contexto das suas relações com o poder público, suas particularidades de um campesinato que se apresenta envolvido politicamente com a comunidade e densamente vinculado ao mercado. Suas relações sociais são estabelecidas respeitando-se as lógicas e temporalidades campesinas.

No processo de geração de renda e trabalho, suas estratégias socioterritoriais são mediadas pelas práticas comunitárias, abarcando identidades religiosas e pertencimentos territoriais. No conjunto, agem e reagem, exigindo-se de cada família novos nexos com o comunitário, Estado e mercado.

3. Comunidade Olhos d'Água: organização e habilidades de acesso às políticas públicas

Na comunidade Olhos d'Água, as áreas cultivadas por pequenos agricultores representam 83,6% da estrutura fundiária no conselho comunitário. A comunidade se localiza numa área de ocupação que remonta o período de distribuição de terras baseado em sesmarias.

Esse tipo de apropriação de terras no sertão mineiro deu origem a grandes Fazendas. As famílias pioneiras se instalaram próximas aos cursos d'água e foram criando suas numerosas proles. Neste momento, (2017) o intenso fracionamento da terra deu origem às pequenas propriedades rurais que em sua maioria diversificaram a produção agrícola para continuarem obtendo renda e trabalho, integrando os seus membros nos projetos de vida das famílias.

Atualmente (2017) a área do Conselho Comunitário Olhos d'Água é de 6.812 hectares. Tendo como característica marcante solos férteis e a existência de várias nascentes, áreas úmidas e córregos que se caracterizam pelo seu importante volume d'água, intensifica-se o cultivo de frutas e verduras.

Tanto na atividade leiteira como agrícola, os camponeses da comunidade acionam seus resíduos socioculturais como forma de reduzirem seus custos e reforçarem seus acordos tácitos. As manifestações dos resíduos camponeses compõem na elaboração de silos a partir do mutualismo e da reciprocidade.

“O silo é um trabalho que a gente faz entre vizinho. O vizinho tem que tem interesse, tem que tem produção de leite, vaca, plantação de cana, milho, sorgo e também um trator... ai esse vizinho vai participa da construção do meu silo, do silo dele e também do silo do outro vizinho. Isso vai virando uma corrente...”³

Os trabalhos de campo propiciaram ampliação sobre a compreensão das formas de ajuda mútua no interior da comunidade. No conselho, as reuniões demonstraram como os sujeitos se articulam e fazem uso das políticas públicas a fim de atender suas necessidades produtivas.

“A gente começo a entende que tem coisa que não vale apenas possui e não tem como possui. É uma coisarada, uma ganância que a gente vai usar uma vez e vai ficar lá parado... Então tem coisa, assim, uma estrada pra arrumar, um mata-burro que o conselho vai lá e consegue.

Os interesses mútuos estabelecidos na comunidade rural Olhos d'Água são repletos de elementos da territorialidade construída pelos camponeses e acabam indicando habilidades, principalmente políticas na apropriação social do território, permitindo transformações nas realidades vividas coletivamente.

Desta forma, as relações sociais traduzem as manifestações de poder no território. São elas que dão significado, concreto e também abstrato, às relações de poder. As tensões diárias acontecem nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, delimitando assim as

³ Registros de campo – Laboratório de Geografia cultural/IG/UFU – agosto de 2016

competências e habilidades de se articularem politicamente, proporcionando negociações sobre o uso do espaço, sendo prática reentrante no cotidiano da comunidade.

A comunidade Olhos d'Água é composta por múltiplos sujeitos que de forma organizada consegue se apropriar do espaço. Segundo Raffestin (1993), “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (p. 143).

O território da comunidade Olhos d'Água é uma referência repleta de significado e memórias. Dessa maneira, os sujeitos que com esta se envolvem carregam um sentimento de pertencimento e responsabilidade pelo cuidado com aquele território.

A água que a gente tem aqui é uma benção... ela é importante pra gente produzi maracujá, banana, jiló, berinjela... Então a gente vai cuidando e vai também querendo que os vizinhos cuidem dela também...⁴

Assim, observamos que o território entendido pelos camponeses vai de acordo com os apontamentos de Zilá Mesquita, que “o território é o mais próximo de nós, logo, falar de território é também falar de sujeitos, de vida cotidiana, de sentimentos e de desejos, enfim, é falar do próprio lugar”. (MESQUITA, 1995, p. 56).

A comunidade Olhos d'Água sobrevém em um território socialmente construído, mediado e mediador das relações dos sujeitos com os lugares, com aquilo que se faz e onde as humanidades se manifestam.

Na contemporaneidade, vivemos um momento em que a globalização atinge as relações sociais e em muitas situações se dá maior atenção à visão global, que tem sido utilizada nas análises buscando estabelecer padronizações de ações. No entanto, as especificidades dos lugares demonstra a multiplicidade de relações que nele se estabelecem.

Em sua lógica de raciocínio, Saquet (2003, p. 24), nos coloca que “o território (transnacionalizado) se reafirma pelo lugar, é um lugar de relações e este, um território, a partir da apropriação e produção do espaço”. Para Barcellos (1995, p.47) “o que o território oferece, enquanto lugar é um ponto de referência, uma âncora para um grupo”.

As relações agregam valor ao território, sendo que o grupo social dos camponeses da comunidade estudada convivem entre si e em muitos casos existem parentescos entre os sujeitos locais que vivem a comunidade.

As relações sociais constituídas no território são o substrato do cotidiano e das vivências, assim “o território não é apenas chão e propriedade, é relação social. Por meio de

⁴ Registros de campo – Laboratório de Geografia cultural/IG/UFU – agosto de 2016

vínculos, por criações ou invenções humanas, através de práticas sociais, é que se produz território” (HEIDRICH, 2005, p. 56).

Os camponeses na (re)inventividade de seu existir, usam a memória como pressuposto para a permanência de seus vínculos com o lugar, mas criam novos sentidos e representações.

A nossa capela junta muita gente... Vem gente que morra aqui, vem gente da cidade, No dia de missa, de festa fica granado de gente... Então a gente tem que conservar ela... a gente vai pelejando pra ela continuar importante... Dai a gente também se sente valorizado... Quando a gente cuida daquilo que é de todos o povo considera...⁵

Na Comunidade Rural Olhos d'Água observamos novas formas de produção dos meios de vida que podem ser vistas como uma condição de existência social local. A restituição de práticas no entremear das lógicas camponesas e da produção modernizada é algo recorrente nas diferentes produções rurais, assim, práticas que poderiam ter ficado esquecidas no passado assumem feições renovados de forma condizente com as situações contemporâneas.

A gente não dispensa na nossa produção o esterco do curral, a gente junta e vai colocando no pé do maracujá, berinjela, jiló... A gente também não dispensa a ajuda dos vizinhos.... Aqui o vizinho vem com o trator dele pra ajuda faze o silo... Dai faz um almoço e depois vai no dele e assim vai... Na festa da capela, o festero junta todo mundo e vai recebendo as prendas... É tudo doação...⁶

Na lógica camponesa ainda se pratica a ajuda mutua, a reciprocidade e a doação de prendas para fazer a festa. Dentro desta dialética, o conselho comunitário é também uma conquista da comunidade, que passa a ter um espaço para discutir as carências comuns e buscar formas para que providências sejam tomadas.

Os pequenos agricultores da comunidade, neste processo, se reinventam no modo de agir e pensar partindo para a valorização do conselho como uma ferramenta de planejamento territorial para assim nutrir outras lógicas de vida social do sujeito no/do campo.

Os saberes e fazeres destes sujeitos orientam suas concepções de mundo, no qual passam a incorporar o conselho comunitário como um elemento do espaço benéfico às situações que vivem coletivamente.

Assumindo caracteres heterogêneos, as especificidades desse modo de viver no e do lugar os tornam sujeitos habilidosos politicamente, capazes de entender os contextos em que estão inseridos e pautarem em suas reuniões o atendimento de suas demandas como direito.

⁵ Registros de campo – Laboratório de Geografia cultural/IG/UFU – agosto de 2016

⁶ Registros de campo – Laboratório de Geografia cultural/IG/UFU – agosto de 2016

Mais que uma existência opositiva as imposições, é modo de continuidade da reprodução de algo que, pela ordem “racional”, deveria ter sido abandonado.

Isto se mantém como resíduo, visto como aquilo que fica para os sujeitos, mesmo que haja mudança nas condições socioprodutivas. Seja como memória, seja como prática, o resíduo é o que tem significado e permanece no tempo para ser usado.

Aqui quem tem plantação de fruta, verdura, usa mais água... Então a gente usa, mas deixa passa um tanto pra que o vizinho também tenha água pra molha a sua plantação. A gente sabe que se um vizinho não deixar passa um tanto de água é problema na certa... A gente foi criado desse jeitinho: Água todo mundo precisa...⁷

Assim, as relações comunitárias seguem nexos colaborativos em que a ajuda mútua é fortalecida nas práticas sociais envolvendo troca de serviços, por exemplo, nos períodos de preparo de silagem, na compra coletiva de insumos e na reivindicação de suprir as necessidades de determinadas máquinas agrícolas. Concretamente a comunidade age para que o conselho atue criando confiança entre seus membros.

Santos afirma que “a comunidade torna-se capaz de mediar a solução dos problemas de existência camponesa em várias esferas do processo produtivo” atuando como “força política do lugar, que assume, interna e externamente, a família camponesa como um poder de representação, organização e reivindicação” (2009, p. 18).

Tomemos como exemplo o uso de maquinário partilhado. Este pode ser visto como uma ação construída a partir de lógicas camponesas, na qual os equipamentos podem ser utilizados por todos os membros do conselho comunitário sendo cobrado o combustível e um valor bem abaixo do mercado, pois aquilo que se estipula como quantitativo é para manutenção do maquinário (figura 02).

⁷ Registros de campo – Laboratório de Geografia cultural/IG/UFU – agosto de 2016



Figura 02: Equipamentos de uso comum, disponíveis para a comunidade, o usuário arca com uma “diária”, para subsidiar a manutenção. Fonte: Trabalhos de campo realizados pelos autores, 2016.

No conselho comunitário rural Olhos d’Água, cada associado paga uma taxa mensal com um preço simbólico para manutenção e investimento em ações para a comunidade. No ano de 2016 o conselho possuía 60 associados que todos os meses pagavam as suas mensalidades. Contudo, de acordo com estimativa do seu presidente a comunidade possui 150 produtores rurais.

Cada produtor que vai utilizar dos equipamentos do conselho comunitário precisa apenas realizar o pagamento de diárias de um trator, uma vez que o maquinário que o conselho já adquiriu é apenas para usos mais especializados.

A comunidade possui os seguintes equipamentos: perfurador de solo, plantadeira, ensiladeira, lamina para limpeza de curral, distribuidora de calcário, pulverizador, grade niveladora e carreta. Todos os membros da comunidade podem fazer uso desses equipamentos, independente de ser contribuinte com o conselho comunitário.

A utilização de maquinário partilhado é mais do que um procedimento que visa a economia, é um exercício de uma experiência comunitária em que as demandas no trabalho com a terra são relacionadas e podem ser supridas com a ajuda dos seus membros, participes da comunidade.

As demandas para adquirir novos equipamentos e insumos agrícolas são apresentadas nas reuniões. Em certos casos os camponeses se organizam para custear os custos com o frete dos equipamentos. Mesmo tendo a contribuição ao conselho, em certos momentos ela é

insuficiente para este fim. Assim, quando o dinheiro não é suficiente eles fazem o rateio do valor que estiver faltando.

Desse modo, os camponeses, vão produzindo em conjunto os meios para continuar tendo o conselho comunitário funcionando e atuante. Na reciprocidade comunitária, conseguem efetivar, em certa medida, o controle dos usos destas potencialidades, maximizando as capacidades do mundo a que pertencem, de modo a realizarem seus projetos de vida.

Esse nexos campesino residual encontra nas brechas do “sistema”, oportunidades para se reiventarem. Evidentemente, não há manutenção de todas as suas especificidades, cada tempo tem suas demandas e o trabalho de erosão sociocultural é contínuo também entre os camponeses da comunidade olhos d’água. Existem perdas, mas também ganhos.

Nas novas condições de produção no espaço rural, é interessante esclarecer que o caráter familiar do modo de produção permanece. Para trabalhar na lavoura, alguns filhos adultos que hoje moram na cidade vão diariamente trabalhar na propriedade dos pais.

Por vezes as mulheres e os filhos trabalham no espaço urbano, mas continuam a auxiliar em momentos mais intensos de trabalho, como na colheita e também nas reuniões do conselho comunitário.

As crianças em idade escolar frequentam a escola na própria comunidade e uma das preocupações dos responsáveis é com a condição das estradas para o transporte escolar e também para o escoamento da produção.

Nas reuniões do conselho comunitário a manutenção das vias de acesso às propriedades é uma reivindicação recorrente. Essa manutenção é de responsabilidade da secretaria de obras da prefeitura municipal e fica a cargo do presidente do conselho a busca por uma solução para essa demanda.

Outro assunto que preocupa os pequenos agricultores é a segurança no espaço rural. Muitos deles já passaram por situações de violência, que ocorreram inclusive mais de uma vez com o mesmo agricultor. Essa insegurança fortalece a utilização de maquinários do conselho, pois para os camponeses, investir em equipamentos pode atrair a atenção de criminosos.

Angariar compressões acerca das lógicas que regem os camponeses transcorre pelo entendimento das relações socioculturais, bem como dos elementos que as compõe. Assim, as relações de reciprocidade vão sendo fortalecidas. Os camponeses estabelecem elos entre os aspectos culturais e sociais e produtivos com seus vizinhos. Constroem existências densas de

significados que tem uma coerência própria para os envolvidos com as instituições presentes na comunidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O camponês analisando é aquele agricultor que, na relação com os agentes institucionalizados, consegue identificar, distinguir e agir considerando várias possibilidades de continuar vivendo naquele lugar do Cerrado Mineiro.

Desse modo, compreende-se que aqueles camponeses são sujeitos politicamente constituídos. Nas reuniões dos conselhos se comportam como capazes de apresentar suas pautas, privilegiando o interesse comum e negociado com seus pares as individualidades. Participam da direção dos conselhos. Expõe as demandas que foram atendidas, bem como as pendentes e aquelas que estão sendo providenciadas.

Neste contexto de politização camponesa, os Conselhos Comunitários de Desenvolvimento Rural Sustentável podem ser vistos como um caminho de diálogo entre camponeses e o poder público local.

A partir desses embates, supostamente democráticos, se aceita apresentar e discutir coletivamente os problemas locais. As soluções podem ser construídas coletivamente e compartilhadas a partir das prioridades.

Analisamos as identidades que os camponeses nutrem com o conselho comunitário. Mesmo sendo uma imposição, analisamos o significado para os camponeses. Seriam conquistas? Para as famílias, ele se traduz num espaço de "diálogo" em que é possível apresentar as necessidades comuns e encaminhar a resolução de problemas.

Na área em estudo, a agricultura e a pecuária praticada entre as famílias se desenvolve, em parte, com o uso de tecnologias adquiridas coletivamente. Os camponeses praticam uma agricultura bastante diversificada e uma pecuária leiteira, onde é possível o exercício da ajuda mútua. Tomemos como exemplo o uso de maquinário partilhado. Este pode ser visto como uma ação construída a partir de lógicas camponesas, na qual os equipamentos podem ser utilizados por todos os membros do conselho comunitário, sendo cobrado o combustível e uma taxa, subsidiada pelo poder público, a fim de garantir a manutenção do maquinário.

Problematizamos a partir do conselho comunitário rural a capacidade de organização e articulação política dos camponeses. No campo, observamos, descrevemos e analisamos as

ações deste conselho. Nas reuniões as demandas são apresentadas pelos camponeses e logo encaminhadas para o poder público para serem atendidas. Esse envolvimento dos camponeses com o conselho é nutrido na medida em que as suas demandas são atendidas. Geralmente são necessidades comuns, como por exemplo, a melhoria de estradas.

No lugar os vínculos territoriais são analisados a partir da reciprocidade dos camponeses envolvendo a agricultura e a pecuária de leite. Desse modo, podemos compreender o camponês daquele lugar, neste contemporâneo, como um sujeito que estabelece conexões com as modernidades e mantém os resíduos fortalecidos nos vínculos territoriais.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio financeiro ao grupo de pesquisa do Laboratório de Geografia Cultural (LAGECULT) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-MG, garantindo nossa participação no VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, em Curitiba PR entre os dias 01 e 05 de novembro de 2017.

6. REFERENCIAS

Câmara Municipal da Uberlândia. **Lei 8148/02** | Lei nº 8148 de 08 de novembro de 2002. Uberlândia. Disponível em: <http://cm-uberlandia.jusbrasil.com.br/legislacao/839433/lei-8148-02>. Acesso em: julho 2016.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes. 2000.

_____. **Delimitação conceitual de campesinato**. Versão preliminar. s/ d..

HEIDRICH, A. L. Território, Integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Exclusão Social. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 37-65

HEIDRICH, A. L. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C. (Orgs) **Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais**. São Paulo: Editora expressão popular, 2010. P. 25-35.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm>>
Acessado em: 10/01/2015.

KINN, M. G. **Lugares e territórios camponeses em iniciativas turísticas**: os usos do espaço no entorno dos lagos das Hidrelétricas Amador Aguiar I e II – Triângulo Mineiro – MG. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KROPOTKIN, P. *A ajuda mútua: um fator de evolução*. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009

MENDES, S. M. Relação entre investimentos em infra-estrutura e produtividade total dos fatores na agricultura brasileira, 1985 - 2004. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/ MG. Brazil. 2005.

MESQUITA, Zilé. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilé; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Orgs.). **Territórios do Cotidiano uma Introdução a novos olhares e experiências**. 2 ed. Rio de Janeiro: Universidade/UFRGS – ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Levantamento Rural 2011/2012**. Meio digital. 2015.

PRONAF (2002): **Relatório Institucional do PRONAF**. SAF/MDA. www.mda/saf.org

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, R. J.; KINN, M. G. Festas: Tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais. **Espaço e Cultura**. UERJ: Rio de Janeiro, p. 58-71. n. 26, 2009.

SANTOS, R. J. **Gaúchos e Mineiros do Cerrado**: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. EDUFU, Uberlândia, 2008.

_____. (Re) Ocupação do cerrado: novas gentes, outras identidades. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Orgs.) **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira. 2008(p.98-136).

_____. Os camponeses da região do Triângulo Mineiro e a Expansão dos agrocombustíveis. **Revista Para Onde!?**, UFRGS, v. 5, 2011 p. 128-146.

_____. Pesquisa empírica e trabalho de campo: Algumas questões acerca do conhecimento geográfico. In: **Sociedade & Natureza. Uberlândia**, Ano11(nº 21 e 22), jan/dez, 1999. p. 111-125.

_____. **Residualidades, resiliências e vínculos territoriais camponeses no contexto do agronegócio da cana-de-açúcar**. 1.ed. Uberlândia: Regência e Arte Editora, 2017.

SANTOS, Angélica Borges dos. Condições sócioterritoriais dos camponeses da comunidade rural Olhos D'Água em Uberlândia - MG. 2016. 166 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2003.

SERPA, A. **O trabalho de campo em geografia:** uma abordagem teórico-metodológica. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 84, p. 7-24. 2006.

SERPA, A. S. P. **Paisagem, lugar e região:** Perspectivas teórico-metodológicas para uma Geografia humana dos espaços vividos. Geosp (USP) , v. 33, p. 168-185, 2013.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA.** Presidente Prudente Ano 8, n. 7 pp. 1-21 Jul./Dez., 2005.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato.** um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2. ed. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979.

WANDERLEY, N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (Org.). Agricultura familiar realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF Editora, 2001. p. 21-55.

_____. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social e pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEXEIRA, O. (orgs.) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências.** Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p. 41-52.

WOORTMANN, E. F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. U (org); MARQUES, M. I. M. (org.). **O Campo no Século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p. 133-143.

WOORTMANN, K. A. A. W. **Com parente não se negueia:** o campesinato como ordem moral. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1990.

_____. **O Trabalho da Terra: A Lógica e A Simbólica da Lavoura Camponesa.** 1. ed. BRASÍLIA: UNB, 1997. v. 1. 192p .

WOORTMANN, K. A. A. W. ; WOORTMANN, E. F. **O Saber Camponês.** 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno.** O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.